

## O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL NO CAMPO NO CONTEXTO ATUAL E OS IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE GÊNERO<sup>1</sup>

**Silvane Magali Vale Nascimento**  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

### O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL NO CAMPO NO CONTEXTO ATUAL E OS IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE GÊNERO

**Resumo:** Este artigo aborda a participação das mulheres frente ao contexto das transformações societárias contemporâneas no campo brasileiro, analisa a participação das trabalhadoras rurais no denominado desenvolvimento do campo; analisa, também, os impactos do agronegócio e outras expressões de acumulação do capital na vida das mulheres.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento, relações de gênero, agronegócio.

### THE DEVELOPMENT OF CAPITAL IN THE COUNTRYSIDE CURRENTLY AND THE IMPACTS IN THE GENDER RELATIONSHIPS

**Abstract:** This article approaches women's participation in the context of the changing contemporary society; it analyses the participation of the female labor in agriculture in the development of the Brazilian countryside, as well as the impacts of agribusiness and other expressions of capital accumulation in women's life.

**Key words:** Development, relation of gender, agribusiness.

Recebido em: 11.11.2010. Aprovado em: 16.06.2011.

## 1 INTRODUÇÃO

No contexto do Pós-Guerra, o conceito de desenvolvimento adquire relevância no conjunto das relações entre países denominados do Sul e do Norte. Ficava evidenciada a necessidade de superação do atraso identificado nos primeiros a partir dos indicadores de industrialização. Os Estados Unidos assumiram para si, a responsabilidade pelo comando das transformações tecnológicas que deveriam ser realizadas naqueles países com vistas a atingirem o patamar de industrialização que se fazia necessário.

Em se tratando do campo, a exigência era superar as ditas limitações que condicionavam o avanço do capital e seguir, a exemplo das cidades, o modelo de industrialização. Tal exigência foi colocada, sobretudo, aos países considerados não desenvolvidos. Dessa forma, o fenômeno da modernização da agricultura iniciado nos anos de 1960, consistia em pôr em prática a matriz de industrialização da agricultura, o que significou o incremento da base técnica das atividades agrícolas representada pelo uso de insumos químicos e maquinários, tendo como fundamento a Revolução Verde (conjunto de medidas voltadas ao desenvolvimento de técnicas, equipamentos e agroquímicos na agricultura com vistas ao aumento de produtividade).

A participação do Estado foi decisiva através do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR. A modernização da agricultura brasileira não ocorreu isolada das demais estratégias de acumulação do capital em escala mundial. Dessa forma, a participação de empresas multinacionais nesse processo se fará sentir nas fases a montante e a jusante. A concentração fundiária por empresas nacionais e internacionais demonstra a característica monopolista do capital nessa fase.

A exportação de produtos com grande aceitação no mercado internacional como garantia de lucro para a economia nacional foi a tônica da modernização da agricultura brasileira. Tal objetivo exigia mais concentração de terras (monocultura), mais uso de insumos químicos e maquinários, fato que causou impactos negativos no âmbito socioeconômico e ambiental às regiões e populações onde esses investimentos se instalavam. As práticas de grilagem, desmatamento, poluição de recursos hídricos e especulação imobiliária com o dinheiro público também foram recorrentes. Enquanto algumas regiões cresceram economicamente

em termos de agricultura empresarial, outras se transformaram tão somente em exportadoras de matérias-primas. E a agricultura familiar camponesa reproduziu-se no limite econômico e social que lhe era imposto.

Nos anos de 1990, o Brasil adere efetivamente ao ideário neoliberal, realizando a denominada abertura econômica. Isso consiste na forte ingerência que o mercado internacional passa a ter sobre a agricultura através das transnacionais. Nessa perspectiva, a atuação do Estado condiciona-se à lógica de mercado que está posta. O capital financeiro adquiriu preponderância nas transações comerciais, embora o Estado continue a desempenhar papel importante nesse contexto, especialmente no sentido de fortalecer e “socorrer” empresas que apresentam dificuldades no seu processo de acumulação, pois como afirma Ianni (2004), desde o início da industrialização brasileira, o Estado concretiza determinações do capital, concentra a sua atuação sobre a acumulação de capital. Nesse sentido, realiza a mediação entre o capital e as suas manifestações na sociedade. (IANNI, 2004).

Em se tratando do contexto atual, a ideia de modernizar o campo adquire novos contornos, expressando uma integração mais estreita entre os capitais sob o conceito operacional de agronegócio, termo surgido nos EUA nos anos de 1955 para designar que a agricultura não representava mais apenas a produção agrícola; agora englobava a fase a montante e a jusante de forma mais fusionada do que havia sido nas décadas de 1960 a 1980.

O agronegócio diferencia-se do “velho latifúndio improdutivo”. Aqui se trata de um segmento que produz, ainda que sob um arcabouço eminentemente produtivista e uma matriz tecnológica profundamente agressiva ao meio ambiente. No agronegócio, o Brasil ocupa um lugar de destaque em vários produtos da pauta de exportação. E isso ocorre à revelia dos impactos negativos causados, uma vez que a inserção competitiva no mercado internacional confere ao país, elevado grau de desenvolvimento da economia, mais uma vez traduzido unicamente como crescimento econômico, ainda que os discursos enunciem a resignificação desse conceito numa perspectiva de sustentabilidade, equidade e justiça social.

Dessa forma, a representação social de desenvolvimento é construída a partir dos discursos e imagens veiculadas. A imagem construída é de um espetáculo onde tudo se transforma em mercadoria, em elemento para

acumulação, para o lucro. É a sociedade do espetáculo conforme Debord (1997, p. 25): “O espetáculo é o capital em alto grau de acumulação que se torna imagem”.

Em relação às mulheres, a preocupação com a sua inserção na lógica do desenvolvimento iniciada na década de 1950, tinha como objetivo criar condições para que as mulheres desempenhem bem o seu papel reprodutivo, possibilitando que a família se mantenha funcional à organização das sociedades capitalistas. O Estado de Bem-Estar Social desempenhou papel importantíssimo no cumprimento desse objetivo. Tal exigência foi fundamentalmente voltada às mulheres dos países do Sul e dos países “não desenvolvidos de outras regiões”. Observa-se, dessa forma, que as práticas sociais propostas fundamentavam-se na divisão sexual do trabalho em que o trabalho por sexo é estruturado com base na separação e hierarquia (KERGOAT, 1986), designando prioritariamente as mulheres aos espaços reprodutivos e os homens aos espaços produtivos.

Em relação às mulheres do campo, as ações voltavam-se prioritariamente para noções de higiene, educação alimentar e nutricional de crianças, orientações à maternidade etc.

Na década de 1950, as ações voltadas à inserção das mulheres no desenvolvimento davam sinais de esgotamento à medida que não superavam as condições sociais e econômicas nas quais as mulheres da classe trabalhadora nos seus estratos mais empobrecidos, explorados e dominados se encontravam. E mais, a participação das mulheres no mercado de trabalho não se expressava nas análises econômicas realizadas, assim como a dominação nos espaços públicos e privados que pesavam sobre as mulheres não se configuravam como impedimentos ao desenvolvimento das sociedades. As organizações de mulheres em todo o mundo começam a denunciar tais questões.

Na década de 1970, a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho pôs em relevo as contradições entre a realidade e as políticas que pretendiam colocar a mulher como sujeito do desenvolvimento. A participação das mulheres na esfera produtiva desmistificava a redução do trabalho feminino à esfera reprodutiva e colocava exigências para pensá-las para além do espaço privado. Conforme Pereira e Rambla (2010), os estudos de Boserup, nessa década, foram fundamentais

para demonstrar que os planejadores do desenvolvimento orientavam-se por visões estereotipadas das mulheres, subestimando a sua inserção produtiva e confinando as suas atividades à esfera reprodutiva.

Dessa forma, no contexto da ideologia do desenvolvimento se faziam necessárias, ações voltadas à mulher, considerando a sua inserção no trabalho com base na hierarquização por sexo que reduz e invisibiliza o trabalho das mulheres. Em se tratando das mulheres rurais, essa invisibilidade acentua-se quando se considera a dinâmica da relação entre esfera produtiva e reprodutiva no campo.

Na década de 1990, com a adesão ao neoliberalismo, novamente a participação das mulheres na lógica do desenvolvimento capitalista é alterada. Tanto o neoliberalismo, quanto a estratégia de globalização na qual se ancora, coloca as mulheres em extrema relação de desigualdades em relação aos homens. E aqui falo de regras e não de exceções. Isso, para não ficarmos presos (as) a alguns casos que ilustram principalmente a penetração de mulheres em setores produtivos antes só pertencentes aos homens. Além do fato de que o encolhimento das ações do Estado na esfera das políticas sociais joga para as mulheres os encargos com a maioria dos serviços oferecidos por essas políticas, a exemplo do cuidado com crianças e com idosos, obrigando-as a se dividirem de forma mais acentuada entre as atribuições das esferas produtivas e reprodutivas.

Em se tratando das mulheres rurais, aliado a essas questões, depara-se ainda com o novo modelo produtivo que impera no campo: o agronegócio que tem uma organização produtiva que impacta negativamente a vida das agricultoras familiares em suas várias dimensões, tendo como maiores expressões, a dispensa de mão de obra feminina, reduzindo a sua participação no trabalho em várias regiões do país e os impactos sobre os recursos naturais com os quais as mulheres mantêm relações para o trabalho desde longas gerações. Outras atividades econômicas desenvolvidas no campo, cuja operação reduzem, condicionam e dominam a participação das mulheres no trabalho revelam a dominação e exploração conjugadas às estratégias do denominado desenvolvimento rural (sustentável?!). É sobre essas questões que o presente trabalho se propõe abordar.

## 2 O ATUAL MODELO PREDOMINANTE DE DESENVOLVIMENTO NO CAMPO BRASILEIRO

No governo Fernando Henrique Cardoso - FHC, a política macroeconômica voltada ao mercado nos moldes de uma economia globalizada fundamentada no ideal neoliberal, priorizou como mecanismos de desenvolvimento para o campo, as políticas de exportação, a formação de divisas, a liberalização do comércio, e, dessa forma, o incentivo à entrada de empresas estrangeiras, dentre outras ações que tornava evidente o foco no crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento rural. Dessa forma, foi atribuído às políticas sociais o papel de redutoras dos conflitos sociais no campo, e à reforma agrária a função de política compensatória para aqueles que não possuem condições competitivas no mercado. O Programa Cédula da terra ilustra essa perspectiva.

Mas no segundo mandato de FHC, as crises do modelo neoliberal evidenciadas em âmbito mundial, levaram o governo a redefinir algumas orientações. Assim, a concepção de desenvolvimento no campo voltou-se ao incremento à política fiscal, voltada a subsidiar produtos agropecuários competitivos e a financiar investimentos em infraestrutura para viabilização de grandes projetos agrícolas e minerais (investimentos do capital nacional e internacional). Nessa lógica produtivista, fica evidente que nem todos os segmentos agropecuários foram tratados de forma igual. Assim, a agricultura patronal moderna, denominada de agronegócio, assume a direção desse processo juntamente com projetos voltados à exploração dos recursos naturais, a exemplo dos minerais. À agricultura familiar camponesa no Brasil, foi dado um tratamento diferenciado nesse contexto (com recursos financeiros menos volumosos, assistência técnica e créditos seletivos).

No conjunto da agricultura familiar camponesa, durante a década de 1990, as trabalhadoras rurais continuaram em situação desfavorável frente aos homens. Considerando-se os dados de órgãos como o IBGE, ficava evidente a sub-representação das mulheres no conjunto das ocupações agropecuárias, expressão da separação entre trabalho produtivo e reprodutivo na unidade familiar de produção agrícola, fato que indicava o descompasso entre as metodologias adotadas nos levantamentos estatísticos oficiais e a

realidade do dinamismo da agricultura familiar camponesa como concluímos das pesquisas realizadas por Melo e Di Sabbato (2006).

Os dados do INCRA também mostravam a baixa representação das mulheres como beneficiárias da reforma agrária na condição de titulares, situação que chama ainda mais a atenção quando se considera que a Constituição Federal de 1988 garante direitos às mulheres rurais tais como a titularização de domínio e a concessão de uso de imóveis rurais, conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil (BRASIL, 2009, art. 189, parag. Único).

A prioridade para as comodities, para o agronegócio, para a produção agrícola exportadora, para a produção mineradora, deixou à agricultura familiar camponesa, poucas possibilidades de crescimento econômico entendido como aumento de produtividade, de produção, de renda e de geração de emprego e postos de ocupação nas unidades familiares produtivas. A dinâmica de acumulação do capital, focada nesse modelo agrícola e mineral, reatualiza as desigualdades regionais já existentes no país. Isto significa dizer que algumas regiões transformam-se, apenas, em espaços preferências para a economia de enclave necessária ao capital em escala transnacional, enquanto outras conseguem agregar atividades em todo o conjunto da cadeia produtiva.

Nesse sentido, de certa forma, estratégias contidas em planos de desenvolvimento dos governos militares, a exemplo do II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND são reeditadas com as devidas adequações à realidade do período, considerando, aí, a participação das transnacionais no comando do agronegócio como principal expressão do desenvolvimento no campo.

Em 1998 no Brasil, as mulheres constituíam a maioria na produção agropecuária para autoconsumo no campo. Do total de 10.995.943 homens na agropecuária, 771.48 (7,0%) estavam ocupados com produção para autoconsumo, enquanto do total de 5.342.151 mulheres na mesma atividade, 2.206.809 (41,3%) estavam voltadas à produção para autoconsumo. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1998 apud MELO; DI SABBATO, 2006). Mas apesar desse número expressivo, essas trabalhadoras rurais permaneciam no final dos anos de 1990, invisíveis para as estatísticas oficiais; fato que

resulta do viés androcêntrico presente na economia neoclássica e mesmo na economia política que não considera as atividades que não tem valor no mercado capitalista. (CARRASCO, 2008).

A redução da ação do Estado na implementação de políticas públicas como serviço de fornecimento de água potável, energia elétrica, saúde e outros, tem impactos na vida das mulheres de maneira a aumentar a sua carga de trabalho nas tarefas domésticas, assim como no trabalho produtivo sob a sua responsabilidade tais como: hortas, criação de aves, suínos etc. Os cuidados com as pessoas, com a casa, são multiplicados à medida que o Estado não disponibiliza serviços necessários ao bem-estar das famílias e das comunidades e, nesse caso, são as mulheres as responsabilizadas por essa lacuna, através do trabalho doméstico não remunerado e não reconhecido.

Durante a década de 1990 e o início da década de 2000, as trabalhadoras rurais se articularam local, nacional e internacionalmente através de lutas que lhes garantissem direitos, concretizadas em políticas e ações efetivadas pelo Estado, como explicita a Plataforma Política Feminista<sup>2</sup>. (CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA, 2002). Nos anos de 2000, as mulheres rurais brasileiras junto a outras mulheres de vários países continuaram as suas lutas, porém numa perspectiva mais consolidada em termos das articulações internacionais. As lutas se voltavam de forma mais direcionada contra o modelo neoliberal, se configurando a luta contra o capitalismo, contra o imperialismo representado pelo capital financeiro, pelas transnacionais e contra o patriarcado. (FARIA; MORENO, 2007).

Nesse período, alguns setores adquirem certo dinamismo que resultam em crescimento para a economia regional, a exemplo do polo de confecções em Fortaleza, o Centro Petrolina/Juazeiro, o Complexo Petroquímico de Camaçari, o Complexo Mineral-Metalúrgico Pará/Maranhão, áreas da moderna agricultura de grãos, especialmente a soja (Piauí, Maranhão, Tocantins, Bahia, Mato Grosso etc.). Investimentos industriais, minerais e agrícolas se instalam nos municípios de pequenos portes redimensionando os territórios existentes. (MORAES, 2002).

É interessante observar que a literatura existente sobre tais transformações raramente se reportam às repercussões nos universos em questão sob a ótica de gênero, com enfoque

especialmente para as mulheres. Nesse sentido, torna-se diluída a condição das mulheres; nesse contexto, ocupa lugar de forma genérica nas análises realizadas, apenas a agricultura familiar ou a família camponesa a depender do conceito utilizado no estudo.

Os investimentos mencionados e outros exercem forte exploração sobre a mão de obra feminina. Em alguns casos, atribuem funções que reforçam estereótipos sobre práticas eminentemente femininas, reafirmando “lugares” de homens e de mulheres no espaço da produção, divisão essa que estrutura quase sempre a hierarquia entre os sexos no trabalho. A remuneração salarial apresenta diferenças para as mesmas atividades realizadas por homens e por mulheres e nos mesmos postos de ocupação. As mulheres quase sempre se localizam na periferia do processo produtivo nesses investimentos, ainda que apresentem os mesmos níveis ou mais de escolaridade do que os homens.

No caso das atividades agrícolas, a mecanização da agricultura tem repercutido em queda da mão de obra, com destaque para as mulheres rurais; este processo tem resultado em migração das mulheres, especialmente as mais jovens, para a zona urbana em busca de trabalho. De acordo com dados do IBGE (2001), a população feminina na zona rural é de 47,98%, apresentando queda quando comparada ao ano de 1993, quando essa população no meio rural era de 48,29%.

O governo Lula buscou articular uma política econômica alinhada ao neoliberalismo, com uma forte intervenção do Estado no financiamento de infraestrutura e investimentos em áreas prioritárias à acumulação de capital, ao mesmo tempo em que desenvolveu políticas sociais, com destaque para o combate à pobreza, a exemplo do programa de transferência de renda conhecido como Bolsa Família. Por conta dessa articulação, alguns (mas) estudiosos (as) têm chamado o governo Lula de pós-neoliberalismo desenvolvimentista, neoliberalismo-desenvolvimentista etc. Mas, o fato é que apesar de o governo Lula continuar a desempenhar a política econômica do governo FHC, havia no governo um discurso e uma prática de cunho mais nacionalista no final do primeiro mandato e no segundo mandato.

Porém, não se pode deduzir daí que o governo Lula não tenha reafirmado a política econômica neoliberal cujos impactos negativos continuaram a incidir sobre as vidas das trabalhadoras rurais, em contraposição às conquistas dessas mulheres

nesse governo. Ao contrário, em que pese a projeção do Brasil na economia mundial e no papel de liderança assumida pelo presidente brasileiro no cenário internacional, a autonomia do país está intrinsecamente associada ao cumprimento dos receituários neoliberais em termos principalmente da política econômica. Alguns sinais em relação ao campo são evidentes desse alinhamento: investimento do PAC prioritariamente para setores do agronegócio e minero-metalúrgico, subsídios elevadíssimos para a agricultura moderna, redimensionamento dos preceitos de gestão ambiental em função dos interesses dos capitalistas no campo, dentre outras práticas.

## 2.1 As mulheres, a globalização e o desenvolvimento no campo brasileiro contemporâneo

No ano de 2003, no início do governo Lula, foi lançado o II Plano Nacional de Reforma Agrária que apresentava como diferencial, um texto discursivo voltado à garantia de direitos das trabalhadoras rurais através de políticas que oportunizassem a sua participação em várias esferas da vida.

Nesse mesmo ano, foi lançado o I Plano Nacional de Políticas para Mulheres – I PNPM, implementado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, também criada no referido governo. Em 2008, foi lançado o II PNPM. A implantação desses mecanismos e organismo respectivamente, respondem às exigências das Conferências Internacionais das Mulheres (em especial a Conferência Pós-Beijing) que demandaram a sua implantação para efetivação das proposições oriundas de tais eventos.

As trabalhadoras rurais brasileiras buscavam alternativas de lutas frente aos condicionantes impostos. As monoculturas continuaram a expandir-se em decorrência da predominância da política de exportação e da consolidação das transnacionais na economia agrícola com vistas a criar excedentes para o pagamento da dívida externa. Cito apenas esse como um dos casos emblemáticos do aspecto da dominação-exploração que recai sobre as mulheres rurais no âmbito do neoliberalismo e dos novos modelos produtivos no campo. Diante desse fato, as mulheres do campo e da floresta passaram a conviver com a diminuição de recursos naturais dos quais retiravam sustento alimentar das suas famílias, e de onde auferiam

rendas com os produtos dali oriundos, como é o caso das trabalhadoras rurais localizadas em povoados invadidos pelo avanço das monoculturas de soja e eucalipto no Maranhão, Piauí, Mato Grosso, e outros estados. (NASCIMENTO, 2011).

Algumas políticas agrícolas durante a última década, ainda que atreladas à visão empresarial produtivista, têm propiciado de diversas formas, a participação de agricultores (as) familiares e outros segmentos de trabalhadores (as) do campo, como é o caso de regiões com relativo avanço nos denominados nichos de mercados, a exemplo da modernização e expansão da fruticultura em regiões de Pernambuco. Mas a esse respeito, Cavalcanti (apud CAVALCANTI; MOTA; SILVA, 2006) enfatiza que apesar da participação das mulheres na produção de uva em moldes empresariais corresponder a 70% das atividades, os homens ainda predominam no conjunto da mão de obra inserida nesse sistema de produção, sob a alegação de que as mulheres acarretam mais ônus aos custos de produção (licença maternidade, seguridade social, além das consequências em decorrência do cuidado com a casa e a família).

Em outras regiões, observa-se a multiplicação de experiências fragmentadas, denominadas de empreendedorismo no campo e com expressiva participação de mulheres, algumas constituídas apenas por mulheres. Em determinadas regiões, a mecanização da agricultura através do agronegócio tem deslocado as mulheres, em especial as mais jovens, para as cidades em busca de trabalho; em outros casos, a mecanização obriga os homens a se deslocarem deixando as mulheres e os filhos nas localidades, situação em que essas mulheres assumem a chefia da família sob diversas condições; em muitas regiões, as trabalhadoras rurais estão se assalariando nos grandes empreendimentos agropecuários; em outros casos, esses empreendimentos são poupadores de mão de obra, sobretudo, feminina.

A realidade das trabalhadoras rurais brasileiras expressa a realidade de muitas mulheres rurais em vários países. O relatório da FAO, denominado **El estado de la agricultura y la alimentación: las mujeres en la agricultura - cerrar la brecha de género en aras del desarrollo** (ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN, 2011, p. 6) expõe que,

Las mujeres se enfrentan a una importante brecha de género en el acceso a los recursos productivos. Controlan menos tierras que los hombres, las que controlan suelen ser de peor calidad y carecen de seguridad sobre su tenencia. Las mujeres poseen menos animales de trabajo necesarios para la agricultura de los hombres. A menudo tampoco controlan los ingresos gerados por los normalmente pequeños animales, que gestionan [...] utilizan menos crédito y no suelen controlarlo cuando lo obtienen.

O citado documento reafirma o desafio de colocar a transversalidade de gênero em programas e projetos voltados ao desenvolvimento de todos os países. E mostra a diversidade de situações que configura a presença das mulheres na agricultura nos vários continentes. O patriarcado aliado ao capitalismo se insere no Estado, reproduzindo a separação e hierarquização do trabalho como categoria central na análise do que se convencionou chamar de desenvolvimento, deixando às mulheres a responsabilidade pela produção do viver, em condições adversas e sem reconhecimento da sua participação na esfera produtiva e reprodutiva como indissociáveis, fato que se reproduz na esfera pública e privada.

Em relação ao Brasil, o documento intitulado Políticas Públicas para a Igualdade: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente, de autoria da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB (2011, p. 50) informa que

Os grandes projetos, como barragens e hidrelétricas na Amazônia, a transposição do Rio São Francisco, retomada da política de energia nuclear, subsídios à construção de complexos turísticos, são em geral associados com razão, aos muitos problemas da política ambiental no governo Lula [...] os grandes projetos são uma ameaça à autonomia econômica das mulheres.

O referido documento ressalta que tais projetos impactam negativamente as fontes de trabalho das mulheres responsáveis pelo autoconsumo alimentar das famílias, análise também efetuada por Nascimento (2011) no seu estudo sobre a participação das mulheres na reprodução do campesinato no contexto de expansão da soja na microrregião de Chapadinha, no Maranhão.

Em contraposição a políticas que efetivamente possibilitem a inserção das mulheres rurais com autonomia no mundo do trabalho frente às transformações contemporâneas que nele se manifestam, o Estado tem se ancorado nas políticas ditas empreendedoras a exemplo dos pequenos investimentos de microcréditos, cujas atividades são fragmentadas no processo produtivo e na cadeia produtiva. Os projetos iniciam e findam na produção que as mulheres passam a realizar sem que consigam passar para as etapas seguintes, tendo-as sob seu domínio; refiro-me ao beneficiamento e comercialização dos produtos.

Tais empreendimentos quase sempre não são precedidos de diagnóstico da produção e do mercado da atividade produtiva a ser implantada. Dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo no campo evidencia duas lógicas de desenvolvimento: uma pautada no agronegócio e na mineração com uma lógica eminentemente produtivista cuja busca pela acumulação de capitais se dá à revelia dos recursos naturais, do cuidado com as gerações futuras, e outra, cuja lógica é de manter em níveis satisfatórios as condições sociais, econômicas, ambientais e culturais das populações. Nessa perspectiva, a elevação dos indicadores de crescimento econômico não se sobrepõe aos indicadores das demais esferas da sociedade.

### 3 CONCLUSÃO

A macroeconomia do ajuste estrutural neoliberal não tem possibilitado às mulheres desenvolverem as atividades produtivas que antes asseguravam alimentação às famílias com autonomia em relação à recorrência aos produtos industrializados. As monoculturas ao concentrarem terras, ao impor o controle das transnacionais, inclusive na apropriação do saber e dos produtos que ao longo dos anos estiveram sob o controle dessas mulheres como é o caso das sementes, ao destruírem a fauna e a flora, de onde as mulheres retiram parte substancial de sua alimentação, produzem remédios e realizam práticas religiosas, retiram das mulheres parte das condições de continuarem a sua reprodução como trabalhadoras rurais, uma vez que em alguns casos, a própria condição da família reproduzir o roçado vai se tornando inviável. Nesse sentido, não é difícil compreender o papel que assume a Aposentadoria Rural e o Programa Bolsa Família para muitas dessas famílias em várias regiões do país.

Apesar dos programas sociais de eletrificação, abastecimento de água, e outros implementados durante o governo Lula, cujo impacto positivo na vida das mulheres se faz notar de forma significativa, em muitas regiões e estados do país, esses programas ainda apresentam déficit em sua cobertura, o que acarreta sobrecarga de trabalho às mulheres. Isso, sem falar na ausência de políticas públicas que somam para que as mulheres assumam em condições diferenciadas as lacunas deixadas pelo Estado na oferta de serviços, a exemplo de creches e albergues para pessoa idosa.

Em relação aos projetos produtivos de geração de renda voltados às mulheres, a sua característica focalizada deixa um grande contingente de mulheres fora dessa possibilidade, além da falta de êxito que muitos desses projetos evidenciam diante da sua fragmentação na operacionalização. Embora muitas experiências sejam exitosas, não cobrem a falta de um planejamento regional voltado efetivamente às potencialidades regionais e com análise voltada às variáveis que identificam as diferenças no trato com os diversos sujeitos, como é o caso das mulheres.

Em se tratando do governo Dilma Rousseff, muitos são os desafios. Destaco alguns que considero fundamentais às mulheres rurais: o programa Brasil sem miséria não pode se desvincular de uma efetiva política de geração de trabalho, emprego e renda para o campo, a fim de não repetir a redução do programa Bolsa Família Nesse sentido, a intersectorialidade das políticas públicas continua sendo um desafio. Na implementação dos investimentos agrícolas e minerais, a fiscalização e punição devem ser utilizadas, quando necessário, como forma de coibir danos ambientais, ainda que seja na fase preliminar de pesquisa, como é o caso das atividades mineradoras.

A efetivação das políticas sociais, em especial a oferta de creches e abrigos para idosos, continua sendo condição importante para a autonomia das mulheres no mundo do trabalho. E a realização da reforma agrária, como política estruturante, é capaz de alterar os padrões de produção impostas pelo capitalismo no campo, à medida que pode constituir-se em contraposição ao atual modelo produtivo e à sua respectiva matriz tecnológica.

## REFERÊNCIAS

ARTICULAÇÃO BRASILEIRA DE MULHERES. **Políticas públicas para a igualdade: balanço de 2003 a 2010 e os desafios do presente.** Brasília: CFEMEA, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** Brasília, 2009.

CARRASCO, C. Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista. In: SILVEIRA, M. L. da; TITO, N. (Orgs.). **Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana.** São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008.

CAVALCANTI, J. S. B. de; MOTA, D. M. da; SILVA, P. C. G. da. A nova dinâmica global/local: trabalho e gênero nos novos espaços de fruticultura no nordeste do Brasil. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. (Orgs.) **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas.** Recife: Ed. UFPE, 2006.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. **Plataforma política feminista.** Brasília: Athalaia, Comissão de Organização da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, 2002.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FARIA, N.; MORENO, R. **Feminismo e integração da América Latina e do Caribe.** São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2007.

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios – PNAD.** Brasília, 2001.

KERGOAT, D. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTECHEVSKY-BULPORT, Andrée et al. **O sexo do trabalho.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MELO, H. P. de; DI SABBATO, A. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: BUTTO, A. (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre trabalho das mulheres.** Brasília: MDA, 2006. Disponível em: <www.nead.org.br>. Acesso em: 12 nov. 2010.

MORAES, Maria Dione C. de. Novas dinâmicas territoriais no Nordeste: o novo Nordeste dos Cerrados: o caso do Piauí. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio Alberto. (Eds.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios: conceitos, controvérsias e experiência.** Brasília: Embrapa, 2002.

NASCIMENTO, Silvane Magali Vale. **A reprodução do campesinato em Brejo (MA) e a participação das agricultoras familiares camponesas frente à expansão da monocultura de soja: duas lógicas de desenvolvimento.** 2011. 278 f. Tese (Doutorado

em Políticas Públicas) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN. **El estado mundial de la agricultura y la alimentación: la mujeres em la agricultura - cerrar a brecha de gênero em aras del desarrollo.** Roma, 2011. Disponível em: <<http://www.fao.org/catalog/inter-s.htm>>. Acesso em: 28 maio 2011.

PEREIRA, Rosângela Saldanha; RAMBLA, Francisco Xavier. Pensamento econômico feminista sobre desenvolvimento: breve viagem através do tempo. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v. 1, n. 1, jan./jun. 2010.

#### NOTAS

- <sup>1</sup> Texto apresentado na V Jornada Internacional de Políticas Públicas/PPGPP/UFMA, São Luís/MA, em agosto de 2011. O texto ora apresentado contém reformulações.
- <sup>2</sup> Documento elaborado coletivamente pelas organizações de mulheres e militantes feministas durante o ano de 2001, constituindo-se em “um instrumento dos movimentos de mulheres para o diálogo, crítico e provocativo, para o confronto e para a negociação com outras forças políticas e sociais no Brasil”, aprovado na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras em 2002. (CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA, 2002, p.6).

#### **Silvane Magali Vale Nascimento**

Assistente Social

Doutora em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP/ UFMA  
Professora da Universidade Federal do Maranhão  
E-mail: [magalisilvane@bol.com.br](mailto:magalisilvane@bol.com.br)

#### **Universidade Federal do Maranhão - UFMA**

Cidade Universitária, Av. dos portugueses, 1966,  
Bacanga  
CEP: 65085-580